



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Os manuais didáticos e a educação

Sinop, v. 12, n. 1 (30. ed.), p. 265-283, jan./jul. 2021

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

SEÇÃO ENTREVISTA

MANUAIS ESCOLARES:

sobre as tramas de complexas relações

TÂNIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA

Esta edição da **REP's** traz na **Seção Livre** uma reflexão sobre os manuais didáticos e a educação e tem por objetivo reunir pesquisas e pesquisadores que dedicam seus estudos sobre essa temática. Sendo assim, a escolha para compor a entrevista da professora Dra. Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia, deve-se as grandes contribuições que a mesma vem trazendo para a área da educação com suas pesquisas dentro do Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas da Universidade Federal do Paraná, ao longo de tantos anos.

A professora Tânia possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1972), em Pedagogia Habilitação Supervisão Escolar pela Universidade Federal do Paraná (1980), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Paraná. É líder do Grupo Didática, práticas escolares e publicações didáticas (CNPq), que tem projetos financiados e bolsas de pesquisa de diferentes agências de fomento. Coordena o Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas/UFPR (www.nppd.ufpr.br) cujas atividades incluem o estudo, a avaliação e a produção de materiais e manuais didáticos destinados a alunos e a professores. É pesquisadora e membro diretor da International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: didática e práticas escolares, materiais e manuais didáticos, formação de professores, educação histórica. Dedicar-se também à temática da pesquisa educacional, investigando abordagens para o estudo do cotidiano

escolar. Editora Adjunta da Educar em Revista, UFPR (2011-2013). É co-editora do IARTEM e-Journal desde setembro de 2013.

Convidamos a todos para conhecer um pouco mais desta importante temática a partir das ideias aqui exposta pela professora Tânia.

Alceu Zoia

1 – Alceu Zoia: Quem é a professora Tânia, pela Tânia?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Para iniciar, posso dizer que sou professora titular da Universidade Federal do Paraná, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação na qual oriento trabalhos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, e recebo colegas para estudos de Pós-Doutorado. Na graduação, atuei até 2019 como professora de Didática Geral em cursos de licenciatura. Sou coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas (NPPD/UFPR) e membro da diretoria da *International Association for Research on Textbook and Educational Media (IARTEM)*, representando a associação na América Latina. Sou bolsista produtividade do CNPq há mais de uma década, investigando especialmente o tema dos manuais escolares. A pergunta que vocês me fazem estimula deslocamentos no tempo e oferece, talvez, uma chave para a resposta. A identidade de professora definiu a maior parte de minhas decisões, ações e opções ao longo da vida. Desde muito cedo o caminho da Tânia foi desenhado com traços e sinais nascidos no prazer em ensinar, o que era estimulado pelos adultos e também por outras crianças à minha volta. Ensinar aos colegas da mesma turma e a outras crianças e jovens, por exemplo, foi uma atividade muito frequente já na escola primária – pois se dizia que eu “sabia explicar muito bem”. Certamente essa relação entre explicar e ensinar está sustentada em concepções didáticas cujos significados só consegui compreender em profundidade ao longo de minha formação como professora pesquisadora. Do ponto de vista pessoal, como filha, irmã, companheira, mãe, e avó – referindo-me apenas a estes papéis sociais que compõem um núcleo definidor de identidades – reconheço a força que a docência exerceu na configuração de cada uma delas: ser professora foi não apenas o caminho para a produção de condições materiais de existência, mas também foi a

atividade que deu sentido e direção às minhas buscas, às perspectivas e projetos, produzindo meu modo de ser e estar na vida, na relação com os outros. Filha de professora primária formada em Minas Gerais, e por ela alfabetizada em casa quando morávamos em área rural onde não havia escola, ser professora se mostrou desde muito cedo um caminho para contar, explicar e entender as coisas do mundo e os conhecimentos que circulavam especialmente nos livros e revistas. Mas também foi o caminho para obter recursos financeiros que contribuíam no sustento do meu grupo familiar de origem, apesar das reconhecidas dificuldades econômicas que marcam as relações de trabalho nessa profissão. Posso repetir aqui algo que registrei em meu memorial para professora Titular na Universidade Federal do Paraná, inspirada em um verso de Gilberto Gil, e que pode ajudar a finalizar a resposta: “a sala de aula me deu régua e compasso”. Retas, curvas, certas, tortas, curtas, longas, convergentes, divergentes, pontilhadas, interrompidas ou infinitas – a rede de linhas que se entrecruzam na vida da Tânia tem pontos de conexão no ensinar e aprender, traços nela inscritos pela professora Tânia e pelas pessoas com que ela conviveu e convive, inclusive os incontáveis alunos que teve ao longo de mais de cinquenta anos. Mas, como costume dizer (alertando para as armadilhas da memória que podem ocultar a contradição, os embates e os desvios de rumo), assim foi... para o bem e para o mal. Tania é a professora Tânia.

2 – Alceu Zoia: Nessa trajetória, qual foi sua principal inspiração para escolher pesquisar a temática dos manuais escolares?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Livros sempre foram bons companheiros, desde muito cedo segundo meus pais me contavam e desde quando consigo lembrar. É frequente encontrar nos relatos de apaixonados por livros a afirmação que a relação com eles, com a leitura, nasce cedo, ainda que por caminhos e razões diversas, que não vem ao caso explorar aqui. No caso dos manuais escolares – vou chamá-los assim por entender que essa denominação nos permite incluir um conjunto diverso de materiais que são produzidos para a escola, e não apenas os livros didáticos – minha memória guarda os primeiros registros ligados aos livros do segundo ano primário, quando fui pela primeira vez para uma escola formal, urbana. Lembro-me dos textos e das imagens do Livro de Leitura, que talvez fosse o único usado, presença frequente nas aulas e nas tarefas de casa também, quando o vocabulário

era estudado e as perguntas eram transcritas e respondidas no Caderno de Linguagem. Seguiria na linha do tempo para lembrar tantos outros ao longo do tempo de formação, e de seus autores, muitos dos quais são, hoje, objeto de estudo por pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento: Domingos Paschoal Cegalla, Antonio Borges Hermida, Aroldo de Azevedo. E no Curso Normal havia Amaral Fontoura e Theobaldo Miranda Santos, autores de diferentes manuais pedagógicos (como denominados por Vivian Batista da Silva) usados na formação de normalistas. Formada, fui contratada e comecei a trabalhar no curso primário, com quartos e quintos anos, aprendendo a usar manuais escolares em minhas aulas – algumas vezes servindo-me deles para meu próprio aprendizado e outras vezes contando com a presença de minha mãe para me ajudar a entender os conteúdos e como ensiná-los – afinal ela havia sido professora! Três anos após a formatura eu enfrentava as mudanças da “reforma” da Lei 5692/1971, e entre outras coisas estava o desafio de Ensinar “Matemática Moderna”: usei o livro produzido por um grupo de estudiosos, inovadores, professores no Paraná, que de alguma forma “viravam de ponta cabeça” a matemática que eu havia aprendido a ensinar. Assim, minha experiência de professora que usava manuais e que os apreciava, analisando e avaliando-os criticamente, logo me trouxe a oportunidade de produzir materiais didáticos e manuais para escolas com algumas especificidades, e a partir daí o interesse só fez crescer. Antes de terminar a graduação em Filosofia em 1972, e mesmo sem a compreensão teórica sobre os significados e funções dos manuais, já estava totalmente envolvida com esse objeto da cultura escolar. Posso afirmar com base na memória, mas também em documentos, que era um período de valorização dos livros pelas escolas e professores. O Ministério da Educação (por meio da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) entendia que eles seriam instrumentos básicos para a melhoria do rendimento escolar, propondo sua distribuição gratuita na escola primária e cursos de treinamento com vistas ao uso “mais adequado” dos livros, como “medida corretiva” para melhorar a “produtividade” do sistema educacional brasileiro (estas ideias estão presentes em publicação oficial de 1969 que temos no acervo em nosso Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas - NPPD/UFPR). Ao lado dessa valorização, a partir da década de 1970 tem início também um movimento de crítica aos livros, em particular na vertente das análises ideológicas – preconceitos, estereótipos e distanciamento da vida real dos

alunos e alunas, especialmente os mais pobres, eram aspectos apontados em inúmeros trabalhos desde então, o que em meu caso estimulava mais ainda o interesse pelos manuais. Não se pode omitir o fato de que entre 1964 e 1984, no período da Ditadura Militar (ou Civil-Militar) havia um controle ideológico sobre a produção didática, mas a distribuição para as escolas públicas era restrita, regulada em grande parte pelas secretarias estaduais e em intensa relação com as editoras comerciais que tinham seus livros escolhidos em processos pouco publicizados. O PNLD, criado em 1985, alterou gradualmente algumas relações. Essa é uma história longa e interessante, já estudada em alguns elementos dos seus processos e elementos, mas ainda a ser conhecida em maior profundidade. Penso que aí estão, em síntese, raízes de meu gosto, interesse e das atividades de trabalho com os manuais.

3 – Alceu Zoia: E especialmente na vida acadêmica, como se inicia seu gosto/desejo pela pesquisa com/sobre os manuais escolares?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Como referi, dedico atenção aos manuais escolares desde o início de minha atividade profissional como professora. Até a década de 1990 atuei em diferentes espaços e funções, em instituições públicas e privadas, compartilhando atividades e estudo em diferentes grupos de trabalho, com intenso envolvimento na análise e produção do que denominamos de Publicações Didáticas – diretrizes curriculares, textos de orientação metodológica para professores, livros didáticos, materiais alternativos para alunos de diferentes níveis escolares, entre outros. Foram quase três décadas de atividade profissional em que os manuais ocuparam função relevante e geraram desafios em várias dimensões. Mas minha atividade acadêmica sistemática, enquanto pesquisadora, só ocorreu com a realização do Mestrado na Universidade de São Paulo, no início da década de 1990, onde também fiz o Doutorado, na área de Didática e Práticas Escolares sob a orientação de Dra. Belmira Amélia de Oliveira Bueno. Em 1996 fiz concurso para Didática na UFPR e a partir daí a pesquisa tornou-se uma atividade permanente, em relação inextricável com o ensino e a extensão, configurando as três funções previstas para a universidade brasileira. O projeto Recriando Histórias, que passei a desenvolver em 1997, juntamente com a Dra. Maria Auxiliadora Schmidt - historiadora, didaticista da História e colega do Departamento de Teoria e Prática de

Ensino da UFPR – colocou os manuais escolares no foco de minhas atividades – penso que não poderia ser diferente, dada minha “história de amor” com eles, tomando como inspiração a provocativa ideia de Lygia Bojunga Nunes que relata seus “casos de amor” com os livros. Desde então, eles são objeto de pesquisa privilegiado por mim, como parte do trabalho que vem agregando um grupo significativo de colegas e de pesquisadores em formação em torno do Grupo de Pesquisa do CNPq criado em 2002 e denominado “Didática, Práticas escolares e Publicações didáticas”. Devo destacar que o Projeto Recriando Histórias tinha, como um dos objetivos centrais, a produção colaborativa de livros para o estudo de elementos da história local, uma demanda de municípios da região metropolitana de Curitiba em função das orientações curriculares nacionais do final da década de 1990. O livro era elaborado com materiais produzidos pelas crianças com suas professoras, em atividades preparadas para ensinar história a partir de documentos que eram coletados na comunidade e que se transformavam em objeto de trabalho didático nas aulas, gerando um conjunto riquíssimo de produções como narrativas escritas, desenhos, entrevistas que passavam a fazer parte do livro. Se eu já havia construído uma relação intensa com os manuais escolares como aluna, como professora de educação básica, como crítica e como autora, o Projeto Recriando Histórias, encerrado em 2017, confirmou meu interesse pela temática e consolidou sua presença em minha vida profissional. Desde 2005 tenho projetos aprovados pelo CNPq e outras agências de fomento para o desenvolvimento de pesquisas que analisam os manuais escolares em suas complexas relações com a escolarização, com a formação de professores e com a experiência escolar em suas múltiplas dimensões.

4 – Alceu Zoia: Qual é a relação que podemos fazer entre as concepções pedagógicas e de aprendizagem/ensino e o trabalho com materiais, manuais, recursos escolares?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Uma resposta simplificada e direta dessa questão nos levaria a lembrar que toda publicação didática é produzida a partir de pressupostos teóricos e metodológicos, sejam explicitados ou não, objetivando colocar em circulação determinado conhecimento para sujeitos específicos e com determinadas finalidades educativas. Portanto, todo e qualquer recurso, entre eles

os manuais escolares, respondem a concepções pedagógicas que sustentaram sua produção, e elas de alguma forma estarão em diálogo com outros elementos que constituem o trabalho de ensino. Mas vamos olhar para a complexidade contida na relação entre esses dois elementos, para iluminar o valor e o significado dos manuais como objeto de pesquisa, como objeto de ensino e como objeto de uso para/no ensino. Nos limites do espaço que temos aqui, eu gostaria de compartilhar algumas ideias que me permitiram avançar na compreensão de como os livros podem expressar os movimentos educacionais, de renovação pedagógica e de preservação das tradições. Posso destacar, por exemplo, um trabalho valioso de análise feito por colegas colombianos (Alzate Piedrahita, Lanza Sierra e Gómez Mendoza, 2007)¹ que utilizam o conceito de dispositivos didáticos para analisar livros escolares, evidenciando em análises empíricas de obras didáticas a presença de três diferentes tipos de dispositivos de base: “explicação-aplicação”, “observação-compreensão-aplicação” e “problema-compreensão-aplicação”. Esses tipos de dispositivo guardam relação com diferentes concepções de ensino e aprendizagem em diferentes temporalidades, identificadas de forma geral por esses autores como abordagens tradicionais, pedagogias novas ou ativas, e finalmente abordagens construtivistas. Os autores também estabelecem conexões desses dispositivos com os diferentes níveis de ensino. Certamente, apenas com pesquisas empíricas é que se podem obter resultados como esses, a partir dos quais podem ser questionadas visões homogeneizadoras - que frequentemente circulam no campo educacional e nos meios acadêmicos - de que os livros seriam todos muito parecidos, ou de que nada se renovou ao longo dos séculos. No caso brasileiro, relembro a obra de Décio Gatti Junior (2004)² na qual examina mudanças nos livros de História entre as décadas de 1970 e 1990, na relação com as reformas pedagógicas que ocorreram no período. São análises complexas que focalizam elementos da produção didática, por exemplo, o momento em que atividades são acrescentadas após os textos, para além dos questionários que foram marca característica de muitos livros didáticos por décadas. Essas análises permitem compreender concepções pedagógicas e suas

¹ ALZATE PIEDRAHITA, Maria Victoria; LANZA SIERRA, Clara Lucia; GÓMEZ MENDOZA, Miguel Ángel. **Usos de los libros de texto escolar**: actividades, funciones y dispositivos didáticos. Pereira, CO: Universidad Tecnológica de Pereira, 2007.

² GATTI JUNIOR, Décio. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc, 2004.

formas de materialização nos livros e em outros materiais didáticos, questão esta que poderia contemplar a segunda dimensão referida – os manuais como objeto de ensino - se fosse levada como conteúdo para os cursos de formação de professores; o tema ainda é pouco valorizado, segundo apontam pesquisas realizadas em diferentes cursos de licenciatura. E derivo agora para a última dimensão que destaquei – os manuais como objeto para/no ensino. A presença dos livros na vida escolar também inscreve elementos complexos na relação entre concepções e materiais didáticos. Ainda que afirmações como “os professores seguem os livros” ou “os livros são usados como uma bíblia” continuem circulando nas culturas escolares, as pesquisas têm mostrado que os caminhos de uso dos livros nas aulas não correspondem a respostas mecânicas, a meras ações de reprodução. O conceito de apropriação foi destacado por Rockwell (2001)³ como fundamental para o estudo dos manuais escolares, colocando em relevo as diferentes formas pelas quais os professores incluem os livros em suas aulas, produzindo diferentes resultados a partir de um mesmo suporte, ou mesmo transformando a concepção original por meio de propostas divergentes em relação ao que está proposto na obra, confrontando ideias e posições dos autores. Portanto, as relações entre as concepções presentes nas orientações curriculares e nos manuais dialogam de formas diversas com as concepções que professores e professoras aprendem, elaboram e reelaboram nos processos formativos, o que inclui toda a produção de conhecimento que se dá nas práticas que têm lugar no interior das escolas. Trata-se, enfim, de um campo de análise necessário e ainda pouco explorado em algumas das disciplinas escolares, cujas possibilidades estão abertas à pesquisa e aqui apenas foram anunciadas.

5 – Alceu Zoia: Nesses tempos de contatos digitais, os manuais didáticos ainda têm espaço em sala de aula? Como podemos estabelecer relações entre os manuais e as mídias eletrônicas?

³ ROCKWELL, E. La lectura como práctica cultural: conceptos para el estudio de los libros escolares. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2001.

Tânia Maria F. Braga Garcia: Para esta questão, podemos trazer referências de estudiosos dos livros e da leitura, como Alberto Manguel⁴ e Roger Chartier⁵, cujas contribuições podem iluminar a compreensão sobre a coexistência de diferentes tecnologias e suportes em processos que se estendem por séculos. Pode-se observar que a invenção/criação da forma impressa dos textos não eliminou a escrita à mão – pelo contrário, manteve-se e se fortaleceu a importância do aprendizado da escrita que ainda hoje aparece valorizado em cursos de “caligrafia”, e na exigência de que essa “habilidade” seja de ensino obrigatório na escolarização. A máquina fotográfica não substituiu definitivamente o uso de desenho e da pintura em tela – pelo contrário, a pintura de quadros, murais, paredes externas de prédios e outras formas de registro e expressão permanecem presentes nas diferentes culturas, seguramente em parte transformadas, evidenciando a coexistência das tecnologias “novas” com as consagradas, “tradicionais”. Parte da tecnologia anterior é incorporada à nova, ao mesmo tempo em que transformações se processam para responder ao novo, ao que se apresenta como mudança. Certamente que a própria compreensão sobre a escola e suas funções ocupa debate permanente como parte do movimento que constitui a vida social – costumo provocar meus alunos dizendo que é proibido começar um texto com a expressão “a escola **está** em crise”. É claro que sempre está e sempre estará, como produto da tensão entre a tradição a ser “transmitida” como herança cultural e as novas demandas que a sociedade define como necessárias à vida em cada novo momento da história. Assumindo a concepção de que nada nesse processo seletivo é ingênuo – nem a herança preservada nem a “esquecida”, como destaca Raymond Williams⁶, tampouco o que se projeta para os jovens em seu futuro de trabalhadores, especialmente em sociedades desiguais como o Brasil. Com essas questões postas, talvez se possa pensar que os livros impressos (incluindo os manuais escolares) conviverão com os materiais que circulam no mundo digital – seja como materiais similares ou diferentes em conteúdo e forma. Há e haverá espaços de convivência não apenas porque a desigualdade define condições de acesso totalmente diferenciadas às

⁴ MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução Pedro Maia Soares. 1ª. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

⁶ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade (1780-1950)**. Trad. Leônidas Hegenberg, Octanny da Motta e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

populações de diferentes locais e grupos sociais do país, mas também porque há indícios de que assim tem ocorrido na história da produção de “tecnologias” para ler, escrever e registrar, assim como para estudar. A partir de observações empíricas e relatos de professores sobre as lutas para manter a escola trabalhando durante a pandemia no ano de 2020, coletamos indícios de que os manuais cumpriram um papel relevante em muitas escolas e famílias, garantindo a alguns (ênfase, alguns), alunos e alunas, a possibilidade de manter laços com o conhecimento formalizado das disciplinas escolares. O que acontecerá com os manuais quando todas as escolas e famílias tiverem acesso a equipamentos e redes de internet de altíssima qualidade e velocidade, o que não é a situação real no país ainda? Abandonaremos os manuais escolares impressos? Perguntas que ganham respostas no tempo... Mas não se pode esquecer que países classificados como altamente desenvolvidos, com acesso universal à internet e sem desigualdade econômica e social acentuada, continuam a usar manuais escolares impressos em suas escolas, entre outros tantos materiais didáticos distribuídos em biblioteca e salas de leitura, laboratórios de ciências naturais, mapas, globos e... claro! laboratórios de informática com internet e acesso a simulações, jogos e outros recursos. A experiência escolar desenvolvida com diferentes suportes e diferentes leituras, estimulando diferentes elaborações, pode resultar em desenvolvimento de processos cognitivos diferenciados que talvez ajudem a explicar algumas distâncias entre resultados da escolarização em diferentes locais – aqui no país ou fora dele.

6 – Alceu Zoia: Ao longo destes anos de pesquisa com os manuais é possível destacar permanências, abandonos e atualizações nas formas e conteúdos escolares? Que destaques poderíamos apontar?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Certamente. Ao trabalho de Gatti Júnior que já citei aqui acrescentam-se outros, referidos a diferentes disciplinas escolares, que apontam as transformações que os livros sofreram ao longo do tempo. Nascidos em conexão com a escola que se desenha a partir de Comenius, os manuais compuseram de forma essencial o projeto da escola francesa, segundo análise de Vincent et al (2001) com base no conceito de forma escolar; foram incorporados de formas diversas pelas ordens religiosas e nos sistemas educativos públicos; e

circularam em muitos países carregando ideias e proposições, processo metaforicamente chamado de “saberes em viagem” por Vivian Batista da Silva⁷ quando analisa particularmente os manuais destinados à formação de professores. Assim, os livros e materiais para a escolarização podem ser examinados a partir de permanências e mudanças, conectadas com os modos de ensinar e aprender que também se transformam ao longo do tempo, em diferentes sociedades. Há estudos que apontam, por exemplo, a permanência de imagens canônicas ao longo de séculos. E seguramente nos lembramos da imagem da Independência do Brasil – o quadro de Pedro Américo que os livros didáticos ainda hoje reproduzem – mesmo que agora com algumas mudanças, problematizando o conceito de representação nas pinturas históricas e discutindo o significado das imagens na construção do conhecimento histórico. Também canônico, o esquema do Ciclo da Água continua presente nos livros de Ciências, embora os limites da representação tenham sido apontados por especialistas, pelo caráter reducionista que imprime ao processo representado, cuja complexidade demandaria cuidados em sua formulação. Pastores contando pedras para representar seus rebanhos, imagem canonizada nas primeiras lições sobre o sistema de numeração em muitos manuais ao longo do século XX, tornaram-se menos frequentes nos últimos anos, acompanhando outras mudanças no âmbito da Didática da Matemática. Há mudanças nos manuais que correspondem a pressões originadas de diferentes âmbitos e agentes sociais – no caso brasileiro, não se pode desconsiderar os efeitos da presença do PNLD desde a década de 1980, com a intensificação dos processos de avaliação derivados das reformas curriculares da década de 1990 e outras legislações da década de 2000 – como a obrigatoriedade de inclusão da cultura e história afro-brasileira e africana e indígena (Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008). No caso dos livros de alfabetização e português, por exemplo, mudanças foram geradas pelos debates sobre a concepção de língua, com a presença hegemônica de grupos de especialistas que fortaleceram o conceito de letramento (com base nos estudos de Magda Soares), o que se expressou nos editais do PNLD e gradualmente provocou mudanças nos textos e atividades selecionados para os manuais. Mas há outras fontes de mudanças, certamente, como a pressão de grupos religiosos para a

⁷ SILVA, Vivian Batista da. **Projetos e heranças da Escola Moderna nos manuais pedagógicos (1870-1970)**. Curitiba: Appris, 2020.

exclusão de contos de fadas e bruxas, ou a pressão de grupos políticos para a retirada de referências a fatos ocorridos ou a personagens da história do país. O momento é particularmente delicado do ponto de vista político e por consequência para a educação, mas muito fértil para se compreender funções do manual escolar, especialmente a função ideológica. No Edital PNLD 2023 publicado no **Diário Oficial da União** algumas mudanças no texto sobre Princípios Éticos evidenciam intenções de controle que são preocupantes para a democracia brasileira. Alguns diriam – e ouvi opiniões nessa direção nos dias em que a notícia foi divulgada - que é exagero dos críticos, que são pequenas mudanças de texto, questão de semântica, e que os princípios estão garantidos em sua formulação geral. Mas vale a pena mencionar dois pontos que podem nos conduzir a outras formas de entender a questão: retirou-se “a especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”, substituindo a ideia por “promover positivamente a imagem dos brasileiros, homens e mulheres”; e foram retiradas as expressões “democráticos” e “respeito à diversidade” – que correspondem a pautas que não interessam a grupos conservadores no poder neste momento. Especialistas em análise de discurso poderiam contribuir para explicar se estamos diante de diferenças que nada significam e que os enunciados são **apenas** palavras, ou se devemos nos preocupar, pois as mudanças nos editais estão conectadas com intenções de mudanças nos manuais e nas ações educativas, bem como na defesa de outros princípios éticos. O tema de permanências e mudanças, como tentei pontuar nestas breves considerações, tem desdobramentos em diferentes campos de análise e efeitos que se projetam no tempo, produzindo impactos políticos, econômicos, mas principalmente educativos, para além do momento em que a norma legal é produzida. Considere-se aqui, por exemplo, que um livro produzido em 2021 para ser submetido ao processo de avaliação, será distribuído em 2023 e poderá estar presente nas escolas por cerca de quatro anos, no caso dos livros não consumíveis. Creio que fica justificada a ideia de que manuais são “um objeto complexo” – na pesquisa, na formação de professores, nas aulas, na vida social de forma mais ampla. E que a questão de mudanças e permanências merece atenção e pesquisas.

7 – Alceu Zoia: Nesse tempo de pandemia que estamos vivendo, a senhora considera que alicerces importantes do trabalho com os manuais e concepções bem definidas poderiam ser um caminho para os professores quanto para as equipes de gestão?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Como referi, os manuais têm sido um caminho para garantir algum trabalho com os conhecimentos escolares na situação complexa que vivemos. O ponto inicial é o reconhecimento da dificuldade em estabelecer algum programa de trabalho para atender a população de alunos e alunas, dadas as desigualdades no acesso a condições mínimas para isso - não apenas computadores e redes, mas de local e situação de moradia, atenção e acompanhamento em suas famílias, alimentação entre outras. O sistema educacional, em seus modos de funcionamento, de certa forma invisibilizava as condições reais de estudo dos nossos alunos e alunas, e para muitos brasileiros os problemas vieram à luz apenas com a pandemia. Nada é surpresa para quem trabalha nas redes de ensino, para quem tem seus filhos nas escolas públicas, para os profissionais da educação: ao lado de escolas de excelência, e de excelentes resultados em algumas localidades, de forma ampla a educação brasileira carece de atenção, carece de políticas de largo alcance, seja do ponto de vista do atendimento aos alunos e alunas, seja de uma efetiva proposta de formação profissional docente contínua e permanente, com valorização da carreira e condições objetivas de trabalho no âmbito das escolas – de **todas** as escolas. Educação pública como prioridade, como investimento, como perspectiva de futuro para o país. Dito isso, posso tentar dar uma resposta a sua questão sobre os manuais e concepções definidas como um caminho para o trabalho que estamos a fazer nas escolas em tempos de ensino remoto, que é uma experiência sem precedentes, nesta dimensão, e que guarda pouca relação com os estudos e orientações sobre uso de tecnologias na educação a distância – cujos elementos teriam contribuição relevante na situação enfrentada. O que podemos observar? Em uma primeira camada, mais visível, estão as questões mais facilmente identificadas: escolas com estruturas de trabalho adequada, com recursos materiais e humanos suficientes, tiveram dificuldades iniciais em estabelecer uma forma razoável de “dar aulas” sem estar nas salas físicas e lançaram mão de plataformas disponíveis para construir um caminho que incluiu os manuais escolares para certas situações onde podem oferecer a

“matéria” (na forma de textos escritos e imagens, atividades). Aulas virtuais gravadas ou em tempo real conduziram a realização de explicações e de orientação aos alunos. A maior ou menor adesão, neste caso, dependeu também das condições materiais e das formas possíveis de organização das famílias para acompanhar o trabalho, apoiar os alunos e alunas e mesmo convencer crianças e jovens a permanecer diante das telas – não para brincar, jogar ou passar o tempo – mas para “ter aulas”. Novamente, é preciso reconhecer que levam vantagem inicial aqueles os grupos sociais que têm melhores e mais adequadas condições para oferecer e receber este outro “modo de ensinar”. Em uma segunda camada, como elementos constitutivos de processos menos visíveis porque ainda em curso, distinguimos particularidades que nos obrigarão a pesquisar e compreender a escolarização que se ofertou neste momento, desse modo remoto, bem como o que resultou em termos de aprendizado para os sujeitos escolares e para suas comunidades, além de outras questões relacionadas a aspectos específicos do desenvolvimento e da socialização de alunos e alunas, e de profissionais da educação. Um primeiro ponto diz respeito ao fato de que mesmo em excelentes condições materiais, muitos alunos e alunas não aderiram às formas de trabalho, por diferentes motivos que precisarão ser estudados, para que as opiniões e constatações empíricas já existentes possam ganhar estatuto científico. Um segundo ponto foi encontrado - de forma indiciária - em alguns relatos de experiência nas quais, mesmo em condições muito adversas, algumas escolas conseguiram estruturar formas diferenciadas de trabalho para atender aos alunos com maior vulnerabilidade. Não creio que muitas das estratégias tenham sido necessariamente definidas pela administração dos sistemas; os relatos sugerem que muitas foram produzidas na tensão interna de cada escola e na ação dos sujeitos escolares, espaço em que foram traçadas alternativas para não perder o contato com seus alunos e tentar garantir algum acesso ao conhecimento. Temos aí uma relação explícita entre os pressupostos de trabalho da escola, suas crenças e compromissos, a relativa convicção do caminho a seguir e a conseqüente elaboração de planos e projetos que resultaram em alguma forma de organização a qual, ainda que frágil e pouco estruturada ao início, foi ganhando forma, nos limites possíveis em cada situação, à medida que o ano transcorria e ficava evidente a impossibilidade de retorno ao espaço físico das salas de aula. Finalmente, o terceiro ponto remete à questão dos recursos e materiais

didáticos que foram um desafio para professores e professoras, uma vez que o ensino remoto exigiu aulas gravadas, envio de materiais pela internet (usando computadores, mas também celulares, tanto os sofisticados como outros com poucos recursos), entrega de material impresso para famílias sem acesso às redes. As escolas necessitaram selecionar, organizar e distribuir materiais para tentar garantir o acesso aos conhecimentos, fazendo plantões para atender as famílias. E aí os manuais escolares ganharam espaço. Acompanhamos professores que fotografaram páginas dos livros para a realização de leitura, enviando pelas plataformas ou celulares. Em algumas escolas, os livros foram oferecidos às famílias e atividades foram propostas com seu uso, em casa. Em pesquisa empírica realizada (Moraes e Garcia, 2020), jovens disseram que estavam usando os livros didáticos para fazer pesquisas, para ler e para passar o tempo, para se preparar para provas, evidenciando uma ressignificação da presença dos livros didáticos na situação de pandemia. Algumas vezes, apesar de ter livros à disposição, faz-se pouco uso deles para atividades mais autônomas pelos alunos, como se ouve em relatos como estes: “não uso o livro porque não veio quantidade suficiente para minha turma”; ou ainda “foi escolhido pela escola no último edital, mas não é adequado ao programa da disciplina”. Contudo, durante a pandemia, certamente em muitas situações os manuais contribuíram para manter algum tipo de conexão entre crianças/jovens e o conhecimento escolar das diferentes disciplinas. Em outras situações, os laços ficaram praticamente rompidos, por diferentes motivos e condições, seja da escola em suas condições de funcionamento e de organização, seja das famílias, seus espaços, recursos e vida, ou ainda por características individuais dos alunos e alunas. Finalmente, como resultado da experiência vivida, é preciso abrir espaço para compreender as transformações que poderão ser incorporadas após o final da pandemia, pois aprendemos muito sobre aulas, produção e uso de recursos e materiais didáticos. Necessitaremos, enquanto educadores, ouvir os alunos e suas famílias e traçar horizontes que apontem para uma educação distribuída de forma menos desigual e injusta. Entre tantas incertezas que têm marcado nossas experiências educativas e de escolarização para enfrentar a pandemia, talvez se possa dizer que uma certeza foi fortalecida: a desigualdade social existia, se explicitou e se aprofundou – portanto os desafios são imensos e

demandam políticas e ações efetivas para superar tais desigualdades de forma permanente.

8 – Alceu Zoia: Qual é o sentido dos manuais escolares na vida das professoras e professores hoje?

Tânia Maria F. Braga Garcia: Pergunta complexa, de múltiplas respostas. Relembro um texto chamado **Filosofia e Modernidade: racionalidade, imaginação e ética**, de José Américo Pessanha (1997) no qual o filósofo chama a atenção para a mudança de paradigmas epistemológicos nas ciências humanas e sociais que, sem negar o *modelo matemático que é, por sua natureza, monológico, demonstrativo e desenvolve argumentos em uma cadeia de “portanto-portanto-portanto”*, introduziu o confronto entre hipóteses, o relacional das disputas, o “depende” que marca a razão dialógica. Digo isso para nos lembrar de que nossas análises exigem a compreensão de que o educativo, o pedagógico, situam-se no âmbito das ciências humanas e todas as explicações precisam ser localizadas no espaço dos embates, das opiniões, dos pontos de vista. Com base nessas considerações, podemos afirmar que os professores e professoras estabelecem relações complexas com os manuais escolares, enquanto um dos elementos que compõe a experiência escolar, um objeto das culturas escolares. As pesquisas têm trazido resultados que mostram a diversidade de formas pelas quais essa relação se constitui, mas sempre como produto de uma trama complexa que ainda é pouco conhecida, especialmente porque são pouco frequentes os estudos (aqui e em outros países também) sobre os livros na vida das escolas, ou nas práticas escolares. Apesar disso, os trabalhos existentes mostram que os manuais têm presença em escolas de diferentes tipos, locais, porte, grupos sociais que atendem, professores que nela atuam. No caso brasileiro, os livros hoje respondem a um conjunto de exigências do PNLD em seus editais, as quais reduziram a presença dos preconceitos e estereótipos, erros conceituais e incoerências metodológicas graves; do ponto de vista gráfico e editorial também foram estabelecidos parâmetros de exigência que aproximaram os livros para escola pública dos que são comercializados pelas editoras no mercado – o que não ocorria no passado. Parece óbvio que deveria ser assim, mas problemas ligados a esses temas eram frequentes entre as décadas de 1970-1990. Essa consideração é necessária para se dizer que,

ainda que existam muitos problemas na distribuição de livros, nos processos de escolha e mesmo na produção das obras, os livros didáticos podem se constituir em recursos didáticos – sem atribuir a eles nenhuma função que seja maior que o trabalho docente no ensino. Contudo, o que as pesquisas revelam é que há escolas em que os livros recebidos não são utilizados – com diferentes justificativas - assim como há escolas que os utilizam em algumas disciplinas e para algumas atividades, ou escolas que usam muito o livro, em todas as disciplinas escolares. Professores usam um livro para preparar suas aulas e outro para fazer as atividades, usam livros diferentes em uma mesma aula para os alunos compararem os conteúdos, usam livros de outras disciplinas para ampliar os conhecimentos, escolhem só os capítulos que interessam ao programa que desenvolvem e também de muitas outras formas que não conseguiríamos listar e esgotar aqui. O que importa destacar, então? Desde muito os manuais têm sido entendidos como um recurso que escolas e professores devem escolher, de forma consciente, sustentada e autônoma, procurando selecionar materiais que sejam adequados ao trabalho que se propõem a realizar. Parece uma afirmação simples e óbvia, mas trata-se aqui também de um campo de tensões e embates, que podem ser gerados dentro da própria escola onde circulam com frequência concepções pedagógicas distintas, ou produzidos dentro do sistema educativo que define políticas quanto aos materiais e manuais com graus distintos de respeito à autonomia das escolas e professores. Os testes e a avaliação em larga escala foram fortalecidos gradualmente nos sistemas educativos mundiais e têm estimulado a ideia – com a qual não concordo, certamente – de que bons resultados e produtividade podem ser garantidos pelo controle centralizado do planejamento e dos materiais utilizados para o ensino. A defesa da autonomia das escolas e professores e professoras quanto à escolha de manuais, que começou a ser defendida nos documentos do PNLD a partir da década de 1980 como um direito a ser respeitado a par de outras decisões que pudessem ser tomadas nos sistemas locais começou a ser flexibilizada nos editais a partir de 2016. E a tendência foi confirmada na Resolução de 2017 na qual foram alterados pontos relevantes do PNLD, entre os quais a configuração da possibilidade de escolha em rede. O caminho aberto conduziu a decisões como, por exemplo, a que foi tomada recentemente pelo Estado do Paraná que escolheu livro único para todas as escolas estaduais e, como derivação, definiu a elaboração de

planejamentos centralizados que são fortemente sugeridos aos professores, com registros formais em sistema digital de controle. Ainda que as orientações admitam a possibilidade de que o professor proponha outra organização, é preciso reconhecer que a força maior será a de adesão, por vários fatores que se relacionam às avaliações do sistema, ao livro único, às pressões locais, aos controles digitais, fatores estes que ganham contornos muito conhecidos quando situamos as condições reais de trabalho docente nas escolas, nem sempre favoráveis quanto a horários pagos pelos sistemas para que os professores elaborem suas aulas e seus próprios materiais. Concluindo, eu diria que os manuais e materiais didáticos atravessam a vida cotidiana das escolas e dos professores e professoras, e seus significados são resultados dessas tramas complexas que constituem a escolarização, hoje, como um processo global marcado pelos efeitos da educação entendida como mercadoria, e como um processo nacional marcado, de um lado, pela desigualdade e exclusão que, ainda e infelizmente, são a face cruel de nossa história e, de outro lado, marcado pelos esforços e lutas de muitos educadores para vencer obstáculos e garantir possibilidades de acesso das crianças e jovens ao conhecimento.

9 – Alceu Zoia: Por fim, deixamos a palavra aberta para que a senhora possa ter a liberdade para dizer algo a mais que gostaria de pontuar neste espaço.

Tânia Maria F. Braga Garcia: Gostaria de agradecer o espaço para colocar algumas questões e reafirmar que estudamos os manuais com base no conceito de manualística elaborado por Escolano (2006)⁸ e outros colegas espanhóis, o que sugere compreendê-los nas culturas escolares em suas dimensões política institucional, científica e pragmática. Trata-se de um objeto complexo e entendo que ao estudá-los abrimos espaço para compreender muito mais do que o conteúdo que veiculam – o que por si só já justificaria seu valor para a pesquisa e o ensino. Os manuais são espaços de memória e por meio deles podemos entender em parte o caminho que fizemos e porque estamos, hoje, aqui. Mas os manuais também revelam os movimentos que estão ocorrendo, as forças sociais que estão atuando e,

⁸ ESCOLANO BENITO, Agustín. El libro escolar y la cultura de la educación. La manualística, un campo en construcción. In: ESCOLANO BENITO, A. (Ed.) **Curriculum editado y sociedad del conocimiento**: Texto, multimedialidad y cultura de la escuela. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

portanto, podem informar também sobre as demandas, os horizontes que estão anunciados e as lutas que merecem ser enfrentadas em cada momento. Eles materializam parte significativa dos sentidos que atribuímos à educação escolar, em cada tempo e lugar, com todas as contradições que são constitutivas da vida social. Esses são alguns dos motivos que colocam os manuais no centro de nossa atenção e estimulam o trabalho de pesquisa e ensino, bem como a organização de acervos no Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas da UFPR. Ao final, gostaria de registrar meu agradecimento ao Dr. Guilherme. Romanelli, colega da UFPR e do NPPD, por compartilhar criticamente algumas das ideias que estão aqui registradas; e também aos demais participantes do grupo, os quais têm colaborado para que o conhecimento sobre o tema avance.

Correspondência:

Alceu Zoia. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Curso de Pedagogia e do PPGEdU/UNEMAT, na Linha de Pesquisa Educação e Diversidade. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade no Contexto da Amazônia Legal Matogrossense e coordena o Projeto de Pesquisa Ação Saberes Indígenas na Escola. Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: alceuzoia@gmail.com

Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Paraná. É líder do Grupo Didática, práticas escolares e publicações didáticas (CNPq), que tem projetos financiados e bolsas de pesquisa de diferentes agências de fomento. Coordena o Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas/UFPR (www.nppd.ufpr.br) cujas atividades incluem o estudo, a avaliação e a produção de materiais e manuais didáticos destinados a alunos e a professores. É pesquisadora e membro diretor da International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: tanbraga@gmail.com

Recebido em: 2 de março de 2021.

Aprovado em: 3 de março de 2021.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/4319/2983>